

Aos 03 dias do mês de Setembro de 2013, às 09h: 40 min, no Centro de Treinamento de Líderes (CTL) no município de Correntina, aconteceu a 39ª reunião Ordinária deste colegiado. Estavam presentes nessa reunião os Secretários Municipais de Saúde, a saber: Wagner de Oliveira Souza (Canápolis), Gladys Lacerda Moura (Cocos), Jacqueline do Bomfim Farias (Coribe), Maria de Lurdes N. Sodré (Correntina), Márcia Ramos da Silva (Jaborandi), Raema Maynã F. de B. Fernandes (Santa Maria da Vitória), Rita de Cássia Flores de Assunção Rego (Santana), Marcelio Magno Magalhães da Silva (Bom Jesus da Lapa), Jose Carlos Souza de Jesus (Serra Dourada) Edson Ribeiro Júnior (Membro Efetivo) e Kirlian Gardene dos Santos Silva (Secretária da CIR). Estiveram presentes também: Cely Miranda Gama (Coordenadora Atenção a Saúde de Feira da Mata), Miguel Rodrigues S Filho (Coordenador Administrativo Serra Dourada), Rubenilda P. M. Miranda (Membro Efetivo Regional), Cleiton Silva de Souza (Assessor de Serra do Ramalho), Stelita Pacheco Dourado Neta (Coordenadora Atenção Básica de Correntina), Thaise Santos Lauro (Coordenadora VIEP Santa Maria da Vitória), Enock Almeida Mattos (Diretor de Gestão de Sistemas Santa Maria da Vitória), Carlos Ariel Cardoso Teixeira (Coordenador de Atenção Básica de Santana), Larissa Celeste A. Paiva (Apoio Temático IRC do Ministério da Saúde), Livia Moura de Sousa (Apoiadora SESAB), Cândida Maria P. Pereira (Técnica SESAB Área Técnica Saúde da Mulher) e Lucília Maria da C. Miranda (Coordenadora ESF Santana). Justificado apenas a ausência de Juliana de Mattos Neves (Coordenadora da CIR), Neusa Pereira dos Santos (Secretária de Serra do Ramalho) e Josinery dos Santos Miranda (Secretária de Feira da Mata). A reunião iniciou-se com Raema coordenando e justificando a falta de Juliana. Pediu licença para se retratar sobre as discussões ocorridas em reunião passada, da sua chateação e pedindo desculpas se algumas das palavras proferidas trouxeram algum prejuízo ao convívio harmônico entre os secretários da CIR. Disse que entende e respeita as opiniões que todos deverão estar juntos para resolver os problemas de saúde de mãos dadas e que para isso deverão unir forças para que assim fortaleça todos os municípios da micro. Disse que infelizmente a discussão surgiu devido as pressões acerca das despesas municipais que vem enfrentando atualmente, uma situação lamentável. Continuou a reunião colocando aos demais as dificuldades acerca da elaboração do Plano Regional da Rede Cegonha, já estão adiantadas inclusive pediu aos municípios que ainda não encaminharam os dados solicitados acerca da Planilha para a Matriz Diagnóstica, que os faça o mais rápido que puder para o GT responsável pela elaboração do Plano. Jacqueline fala da maneira pela qual se posicionou na última reunião e disse que praticamente o seu município é quase autossuficiente e disse que se chateou pela situação da micro quanto as agilizações dos processos para busca de crescimento da mesma e colocou inclusive sua indignação pelo que fora visto na última reunião do grupo condutor onde soubera que Bom Jesus da Lapa estava com um CPN aprovado em CIB, sem o Plano aprovado na CIR, e que diante disso colocara que fora acordado junto ao grupo condutor que em virtude do Plano que está sendo construído para a Rede Materno Infantil da micro de Santa Maria da Vitória e então lá ficou acordado 3 PPP para Bom Jesus da Lapa e 3 PPP para Santa Maria da Vitória. Disse que preocupou-se porque se não houvesse acordo o município ficaria desassistido. Falou também da necessidade de que o município busque a questão

de adequação dos serviços através do pleito de recursos para ambiência. Falou da necessidade de se ampliarem os estudos a fim de que esses deslizos não passem despercebidos e se coloca a disposição de todos para discussão, preocupou por que se não houvesse acordo o município ficaria em prejuízo, podendo não ser habilitado. Falou que enviará esforços para que junto ao COSEMS possam fortalecer a macro-este, principalmente no que tange a rede de urgência em relação às Salas de estabilização. Para se acatar o que fora pactuado na CIR. Márcia fala aos demais sobre o SISMOB e FNS que estão abertos para o cadastro e adequação de propostas só para as Redes. Stelita falou do problema no prazo para o cadastro de propostas para construção dos CAPS que se encerrou no último dia 17 de julho e que ainda não havia sido fechado o desenho real da RAPS na micro. Ariel disse que conseguiu realizar o Cadastro de Proposta mas que está em análise pelo MS. Stelita falou acerca de alguns impasses na elaboração do Plano RAPS, da necessidade de esclarecer no Plano a questão de Coribe que decidirá junto a Jaborandi, que será implantado em Coribe um CAPS I que será consorciado. A mesma colocou que buscará na área técnica na SESAB sobre uma portaria que possa assegurar esta proposição de CAPS I consorciado e que os gestores de Jaborandi e de Coribe deverão encaminhar um termo de acordo sobre esta decisão. Falou também sobre a necessidade de Canapolis encaminhar ao GT de construção da RAPS da micro das justificativas para a implantação do CAPS, pois em última reunião ficou acordado que seria solicitado a implantação do CAPS tendo em vista as despesas municipais para atendimento às ações de saúde mental de seus municípios. Larissa apoiadora da Rede Cegonha da SESAB na região oeste passou a esclarecer sobre o Plano da Rede cegonha da micro e salientou que o plano está atrasado e que sabe que inicialmente fora priorizado a implantação da Rede Cegonha nos municípios da Região Metropolitana e que por enquanto só esta apresentou Planos juntos ao grupo condutor para aprovação em CIB. Disse que é importante que na construção dos Planos esteja bem amarrado o que os municípios querem para a organização da rede cegonha. Livia disse que esta neste momento se aproximando mais do Gt da micro para auxiliar nas orientações para construção do Plano. Disse que é importante que no plano esteja inserido informações para poderem ganhar recursos, lá deve constar as necessidades, as decisões e precisam agilizar a construção pois o tempo está apertado para se conseguir os recursos, portanto é preciso agilizar para se ter garantia do recurso ainda esse ano. Os dados deverão ser enviados para o grupo Condutor o mais rápido possível para ser aprovado em CIB. Falou ainda que a discussão e aprovação da CPN para Bom Jesus da Lapa na última CIR não inviabiliza a CPN para Santa Maria da Vitória. Disse que poucas regiões conseguiram agilizar a elaboração dos planos e principalmente no que diz respeito ao planejamento, envolvendo representantes, gestores e técnicos dos municípios e parabeniza aos municípios da regional, pois percebeu que existe esta busca de planejamento voltada para as discussões conjuntas pensando na realidade da região. Jaqueline disse que já tem um plano de ambiência da atenção a par do município de Coribe e de Jaborandi encaminhado. Disse que o projeto deles está pronto e gostaria de saber como viabilizar e como isso será colocado no plano. Larissa falou que os municípios deverão cadastrar as suas propostas de CPN e de Ambiência no SISMOB para sinalizar a intenção ao Ministério da Saúde, e apesar disso não exige a necessidade

de que seja também aprovado em CIR e CIB através dos Planos regionais. Raema ressaltou a importância de que esteja bem desenhado e o fluxo da atenção ao pré-natal, parto e nascimento na microrregião. Jacqueline falou sobre a necessidade de que as justificativas dos pleitos estejam bem construídas. Marcélio falou sobre a questão do prazo, disponibilizado no SISMOB para o cadastro de propostas para a construção dos CAPS e que os municípios ficaram prejudicados com o fechamento prévio ainda em julho. Lívia disse que o ministério tem prazo e que os municípios precisam estar atentos aos prazos estabelecidos. Larissa disse que para a construção do Plano da Rede Cegonha no que tange a implantação da casa de apoio à gestante é preciso que se esteja atento à lógica da Portaria 1020. Ela enfatiza que a casa é para abrigar a gestante de alto risco e, portanto a casa deveria ser implantada no município em que a UTI será implantada para dar suporte às ações da maternidade tipo 1 ou 2 no município que esta pleiteando a UTI e para isso deverá resgatar a lógica de habilitação do CPN à luz da Resolução 318. Disse que falta aparecer a questão do leito GAR que não aparece no Plano, isso deveria estar traduzido no Plano de maneira clara e precisa, caracterizando a distância entre os municípios, bem caracterizado. Cely falou que Eugenia pediu para o GT de Urgência encaminhar um fluxograma colocando as especificidades de todos os municípios e que especificasse tudo que é feito dentro do município de forma simples e objetiva. Larissa diz que precisa caracterizar especificidades no plano no SINASC encontra detalhes. Raema em conversa com Marcélio, entraram em consenso que a casa de gestante fique em Santa Maria da Vitória já que não podem funcionar em separado tendo eles recebido apoio unânime dos demais secretários presentes. Jacqueline reforça sobre a ambiência na Rede Cegonha diz que tem que ter parte arquitetônica, detalhada, colocando nomes e colocar no sistema o que foi definido. Ficando acordado que todos os municípios farão parte, exceto o município de Feira da Mata. Junia diz que já havia sido colocado em reunião anterior sobre os municípios que necessitavam de ambiência, que não é interessante só constar no plano, o projeto tem que ser adequado e passar pela engenharia. Na reunião foi discutido também sobre a necessidade de se firmar estudo sobre a questão de periculosidade e insalubridade para os trabalhadores, salientando a necessidade de os municípios formarem as comissões para avaliação do risco e detalhando os percentuais a partir da avaliação de cada servidor. Foi dada sugestão aos gestores que se encaminhe documentos para a área técnica de saúde do trabalhador para fazer essa análise, ver in loco os riscos a que os trabalhadores estão sujeitos, submetidos, é preciso contatar SEREST para executar esse trabalho. Jackeline quer saber como suportar a questão da força do piso salarial, como suportá-lo dentro dos municípios? Márcia responde que isso deve ser encaminhado para a questão orçamentária no LPCAT, diz que os municípios pagam de forma irregular, sem laudo. Edson retoma falando da pactuação do SISPACTO e PROGVS que esse ano está fazendo pactuação contínua 2013 a 2015, já era para os estados terem aderido, falou sobre a implantação do COAP, que falta definir qual a área piloto, deve ser feito o relatório de gestão. Falou também que a região no momento da pactuação pode criar indicadores peculiares para serem incluídos e garantir a análise, que os profissionais devem ser utilizados para analisar os planos dentro de sua área. Disse também que a adesão ao COAP é opcional aos municípios, e ao que não aderirem fará SISPACTO

novamente. Apresentou o rol de indicadores universal e específicos., isso de acordo com a região, em consenso com todos os municípios, sendo 33 indicadores universais e 34 específicos, esses analisados e avaliados através da APPLA pactuação deve ser feita na CIR, passa pelo CMS e depois de registro no SISPACTO encaminhar para homologação na CIB. Os indicadores estão disponibilizados no TABNET e DATASUS. Para criar indicadores específicos, para a região deve ter meta, ações sugeridas, dentro dos parâmetros nacional de referência e analisado pela área técnica, a vigilância deve analisar os dados através da notificação no SISMAN feito pelo coordenador da vigilância, pois a vigilância tem de 70 a 80 % dos indicadores., Disse que com a adesão da PQAVS os municípios recebem os recursos caso cumpram as metas. Nem sempre o digitador tem conhecimento dos indicadores, da realidade do município, para poder de forma ágil detectar os problemas e propor medidas adequadas no sentido de resolver, dar qualidade aos serviços e a vida dos municípios. Jackeline falou da necessidade de sensibilizar os prefeitos no sentido de fortalecer a vigilância, considerando-a de extrema importância, diz que os recursos recebidos são para desenvolver as ações e serviços e não pagamentos de salários. Edson continua informando que a pactuação será em Outubro tendo a pré - Oficina prevista para acontecer na última semana de Setembro com duração de dois dias tendo como público alvo: Gestores, Coordenador da Vigilância e Coordenador da Atenção Básica. Apresentou também sobre PQAVS (programa de qualificação agravos e vigilância à saúde) reforçando que os municípios devem aderir em até 60 dias da publicação da portaria, para poderem receberem os recursos ainda em 2013. Disse também que a vigilância epidemiológica tem grande peso dentro dos municípios, esta deve estar em consonância com a Atenção Básica para poder ter melhor resolutividade. Falou também sobre a taxa de ocupação, custo de manutenção, dificuldades para manter um hospital funcionando, somente quem tem sabe. Disse também que o Plano de Urgência não detalhou a rede de TOM. Jackeline toma a palavra reforçando o que foi dito quando fala da necessidade de movimentação envolvendo os estados, diz que é necessário fomentar o assunto dentro das redes para formar um GT de discussão. Lívia diz ainda que é indispensável a sensibilizar uma discussão onde seja convidado o ministério. OS municípios devem dar o pontapé inicial, solicitando dele entendimento, mostrando as suas realidades. E que nos casos de encaminhamentos, devem ser solicitadas as contra-referências, é necessário ter o contra fluxo. A reunião encerrou-se com Lurdes (secretária municipal de Correntina), agradecendo a presença de todos, da satisfação de recebê-los em seu município e convidando-os para um almoço. Sem mais nada a ser tratado, eu Kirlian Gardene lavei a presente ata que após lida e aprovada, será por todos os presentes e por mim assinada. Santa Maria da Vitória, 13 de agosto de 2013.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*Luiz de Oliveira F. de Figueira, Maria de Lurdes*

*Márcia Ramos da Silva*

*Edson Furtado de Souza*

*Jackeline e Lurdes*

*Raema Mayná F. de B. Fernandes*

*Levi Carlos Souza de Farias*

*Giulius Lucinda Moreira*

*Jackeline do Bonfim Farias*

*Raema Mayná F. de B. Fernandes*

*Luiz de Oliveira F. de Figueira*